



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0023489-03.2012.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Financiamento de Produto**
Requerente: **Marcelo Rodrigues**
Requerido: **Banco Daycoval S A**
Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

MARCELO RODRIGUES propôs a presente ação **REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO** em face de **BANCO DAYCOVAL S/A**.

Segundo a inicial, na avença especificada há cobrança indevida de TARIFA DE CADASTRO, SERVIÇOS DE TERCEIROS e IOF. Pleiteou a restituição em dobro do valor cobrado a título de retorno financeiro.

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação às fls. 30 e ss alegando preliminar de falta de interesse de agir. No mérito, argumentou que as tarifas cobradas estão previstas no contrato e ao assinar a avença o autor com elas concordou. No mais, rebateu a inicial, pontuou pela legalidade das cobranças e pediu a improcedência da ação.

Réplica às fls. 73 e ss.

As partes foram instadas a produzir provas. O requerido pleiteou o julgamento antecipado da lide e o autor não se manifestou.

Memoriais às fls. 83 e ss pelo requerido. O autor permaneceu inerte.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

É o RELATÓRIO.

DECIDO.

O interesse de agir está calcado na necessidade de qualquer pessoa, por meio do Poder Judiciário, buscar a intervenção do Estado para resolver litígio ou declarar direito.

Estando o autor a pleitear a devolução de taxas que entende indevidas é evidente seu interesse na via eleita.

O contrato foi firmado em 09/08/2011. Assim, ao caso se aplica a segunda tese do verbete do acórdão dos Recursos Especiais Repetitivos 1.251.331/RS e 1255.573/RS.

No contrato discutido foram cobradas “Tarifa de Cadastro” (R\$ 700,00), “Serviços de Terceiros” (R\$ 110,80) e IOF (R\$ 410,31).

Segundo o que foi decidido, na hipótese dos autos (contrato firmado após 30/04/08) a única tarifa permitida é a “de Cadastro” nos moldes do deliberado pelo Conselho Monetário Nacional e ainda, desde que cobrada somente no início do relacionamento entre o consumidor e a Instituição Financeira.

Nesse diapasão ainda recentes decisões do TJRGS (Apelação 70056364607) e TJSP (Apelação 0024541-842012), julgados no mês de setembro do corrente.

Nessa linha de pensamento, ficando declarada a abusividade parcial da cobrança, o autor faz jus a devolução do que foi exigido a título de “Serviço de Terceiros”, totalizando R\$ 110,80, com correção a contar do ajuizamento, mais juros de mora, à taxa legal a contar da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Não há que se falar na devolução do valor pago a título de IOF, imposto sobre operações financeiras,

A “dobra” não é devida, consoante reiterados julgamentos do Colégio Recursal local (como exemplos podemos citar os recursos nº 5895, 5962 e 5971).

Primeiro porque não há prova de que o montante foi integralmente pago, consoante previsto no artigo 41, parágrafo único do CDC.

Por outro lado afastando tal sistemática temos o decidido nas Reclamações 4892/PR e 3752/90 ambos do STJ.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial para condenar o requerido, BANCO DAYCOVAL S/A, a pagar ao autor, MARCELO RODRIGUES, a importância de R\$ 110,80 (cento e dez reais e oitenta centavos), com correção a contar do ajuizamento, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas entre as partes e cada qual arcará com os honorários de seu patrono, observando-se em relação ao autor, o disposto no art. 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 18 de março de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**